

In Expresso - 26.02. 2000

NO PRECISO momento em que se começa a discutir, com o empenho declarado do poder político, a hipótese de serem criadas em Portugal “salas de injeção assistida” para toxicodependentes, vem um organismo da ONU dizer aquilo que qualquer um percebe sem dificuldade. Que tal iniciativa “é um passo (mais um) em direção à legalização das drogas”, que “favorece a toxicodependência”, assim como “o tráfico”, que, além disso, “contraria as disposições dos tratados internacionais de controlo de drogas” concebidos há décadas, e por sinal, para “fazerem desaparecer lugares como os antros de ópio, onde se podia consumir droga impunemente” (“DN”, 23/02/00).

O organismo das Nações Unidas que sub-linha estas evidências - Órgão Internacional de Controlo de Estupefacientes - é presidido pelo juiz Lourenço Martins que honra o país com a sua opinião. Ao menos, há uma voz portuguesa com alguma audiência a tentar que o bom senso prevaleça. E a esforçar-se por que a sociedade, ou a parte dela - talvez até maioritária, neste momento - que se reconhece nas opções de um poder político demissionista, teime em encarar o consumo de estupefacientes com uma atitude “passiva”, “tolerante”, “fatalista”. Um poder que adopta, em relação à droga, como a muitas outras opções de vida, aquilo a que temos aqui chamado uma política de rendição: complacente e aberto a todos os experimentalismo que encaram a toxicodependência como se devesse ser considerada parte da normalidade social, mas pouco motivado para assumir a guerra ao tráfico, combatendo-o com a mais dura repressão.

O poder laxista que assim pactua com a degenerescência dos comportamentos e dos valores é o mesmo que corre a satisfazer todas as pretensões de uma minoria sexual ou religiosa, por exemplo, só porque ouviu um grito de protesto no meio da sua própria clientela política. Ou porque lhe parece que “cai bem” e é sinal de modernidade deixar-se ir com a moda e a lassidão. É um poder que renuncia a todos os combates contra a corrente da facilidade, a qual se tornou a grande doutrina política dos nossos tempos e consiste no seguinte: abdicar, se necessário, de princípios, de convicções e de regras tão elementares como as de respeitar e fazer perceber que há uma fronteira entre o bem e o mal, entre o certo e o errado, só para evitar problemas. Ou porque descortina uma tendência que lhe parece capaz de garantir bons índices nas sondagens de opinião. Ir atrás dos sinais do tempo, em vez de os contrariar, mesmo quando eles já se apresentam como um prenúncio de catástrofe, eis a grande opção política dos poderes públicos, não apenas em Portugal, como por essa Europa.

Quando a família se desfaz, ou se equipara e se desvaloriza em relação a qualquer outro tipo de “união de facto”; quando muitas escolas se transformam, para desespero dos professores e funcionários conscientes, mas perante a indiferença geral, em lugares de indisciplina, violência e crime; quando a insegurança cresce dentro das mesmas escolas quase tanto como nas ruas; quando os crimes violentos se vulgarizam e as forças policiais se desacreditam ou são desacreditadas; quando pensamos que tomar drogas é uma decisão errada, que tem de ser combatida e não facilitada, mas nos vem dizer que, afinal, elas podem ser fumadas, sniffadas ou injectadas com o apoio do Estado, é natural que sejamos tomados pela dúvida e pelo ceticismo. É mesmo muito natural que um pai e uma mãe se interroguem, como Claude

Imbert o fazia num dos últimos editoriais de “Le Point”: “Como ensinar os pontos cardeais numa sociedade sem bússolas?”.

FERNANDO MADRINHA